



Desafios na Formação de Professores de Educação Especial em Municípios do Interior: Um Relato de Experiência

FAGUNDES, Ana Lucila Ribeiro Dantas¹

PINHEIRO, Ferreira Fabiana²

NUNES, Isabel Matos³

Resumo

Este relato de experiência aborda os desafios enfrentados na formação de professores de Educação Especial no contexto da educação inclusiva. O estudo tem caráter qualitativo e descritivo, com base na pesquisa de mestrado da primeira autora, e fundamenta-se nas ideias eliasianas, visando compreender as interdependências e dinâmicas de poder que influenciam a implementação da política de Educação Especial na perspectiva inclusiva. Tem como objetivo analisar e descrever os desafios enfrentados na formação de professores para a Educação Especial. Os resultados indicam lacunas entre as políticas educacionais e a prática escolar, como a ausência de formação continuada, a desvalorização dos professores e a alta rotatividade de profissionais. Muitos docentes atuam sem especialização, comprometendo a efetividade das ações inclusivas. A análise evidencia que a inclusão escolar não depende apenas de normas legais, mas também de investimentos estruturais, de capacitação docente e do reconhecimento do papel do professor de Educação Especial. As considerações finais reforçam a importância do Conselho Municipal de Educação como mediador das políticas locais e articulador de mudanças. Conclui-se que a formação continuada e a valorização profissional são essenciais para que os docentes compreendam suas funções, contribuam para a inclusão efetiva dos estudantes e participem da construção de uma escola equitativa, capaz de atender à diversidade.

Palavras-chave: Educação Especial. Inclusão escolar. Formação docente. Políticas públicas. Interdependência.

Introdução

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, configurando-se como um relato de experiência. Tem como objetivo analisar e descrever os desafios enfrentados na formação de professores para a Educação

¹ Mestranda pelo programa de Pós-graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo-UFES.

² Mestranda do programa de Ensino na Educação Básica na Universidade Federal do Espírito Santo no Centro Universitário Norte do Espírito Santo – UFES.

³ Prof^a. Dr^a. de Departamento de Educação e Ciências Humanas –DECH do Centro Universitário Norte do Espírito Santo-CEUNES/UFES.





Especial, com ênfase na efetivação da educação inclusiva no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. A experiência relatada tem origem na pesquisa de mestrado desenvolvida pela primeira autora em Conceição da Barra, município localizado ao norte do Espírito Santo, e concentra-se nas especificidades e demandas do Sistema Municipal de Educação, considerando as tensões, limitações e possibilidades que atravessam a prática docente nesse contexto.

O município em questão situa-se aproximadamente a 250 km da capital e apresenta características próprias de regiões interioranas, marcadas por limitações estruturais, recursos reduzidos e um corpo docente que, muitas vezes, carece de formação continuada voltada para as especificidades da Educação Especial. Nesse sentido, a relevância do estudo está justamente na observação das dificuldades enfrentadas pela comunidade escolar em efetivar a política de Educação Especial na perspectiva inclusiva, considerando as figurações que permeiam os sistemas educacionais e as interdependências estabelecidas entre gestores, professores, alunos e famílias.

As reflexões aqui apresentadas encontram fundamento nas obras de Norbert Elias, especialmente em *A sociedade dos indivíduos* (1994) e *Os estabelecidos e os outsiders* (2000), as quais possibilitam compreender as dinâmicas de poder, pertencimento e exclusão que emergem dentro das instituições escolares. O Plano Nacional de Educação - PNE é tomado como documento orientador das políticas públicas, que procura garantir legalmente o direito à educação inclusiva e à equidade no acesso e permanência dos estudantes público da Educação Especial.

O principal desafio atual dos sistemas de ensino brasileiros está diretamente relacionado à implementação de políticas públicas educacionais voltadas para práticas inclusivas efetivas. Tal desafio não se limita à dimensão normativa, mas se estende à realidade concreta das escolas, onde se observa a necessidade de ressignificar práticas pedagógicas, reorganizar recursos, investir em acessibilidade e, sobretudo, formar professores aptos a lidar com a diversidade.

Dessa forma, torna-se imprescindível definir um perfil profissional docente que, além da competência técnica, disponha de sensibilidade, flexibilidade e abertura para atuar em contextos de pluralidade, rompendo com visões tradicionais e excludentes do processo educativo. “No cotidiano das escolas a matrícula, a inclusão do aluno com deficiência requer mudanças de atitudes de toda a comunidade escolar com





intuito de garantir o direito, o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos com deficiência”. (Fagundes, p. 93, 2025)

O objetivo central deste estudo é, portanto, relatar e analisar os desafios enfrentados na formação de professores de Educação Especial, com foco na educação inclusiva, no âmbito do Sistema Municipal de Ensino. Busca-se compreender como as diretrizes nacionais chegam ao chão da escola e de que maneira os atores envolvidos respondem às exigências da política de Educação Especial na perspectiva inclusiva, muitas vezes em meio a condições adversas.

1 Os desafios da formação docente na Educação Especial

Em 2014, o Plano Nacional de Educação, Lei nº 13.005/2014 foi implementado com vigência de dez anos, até 2024, prorrogado até 2025. Entre suas metas, destaca-se a de número 4, que prevê a “universalização do acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado para alunos de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação” (Brasil, 2014). Essa meta assume centralidade ao reafirmar o compromisso do Estado brasileiro com a Educação Especial inclusiva em todo o território nacional, assegurando o respeito às diferenças e a promoção de práticas educacionais equitativas. Para viabilizar tal compromisso, foram definidas 19 estratégias, que abrangem desde a oferta de educação inclusiva em todos os níveis, etapas e modalidades até o monitoramento sistemático das matrículas, o investimento em acessibilidade arquitetônica e pedagógica, a formação inicial e continuada dos professores e a criação de cargos especializados.

No entanto, a concretização dessas estratégias revela-se um processo permeado por tensões. O sistema de ensino, entendido como uma instituição de poder, é composto por inter-relações complexas entre escolas, Secretarias Municipais e Conselhos de Educação, de modo que os indivíduos envolvidos acabam por reproduzir determinadas estruturas já estabelecidas. A Educação Especial, nesse contexto, está sujeita a essas dinâmicas e enfrenta barreiras significativas para a introdução de mudanças estruturais, pois romper paradigmas arraigados demanda tempo, investimento e, sobretudo, transformação cultural.

Nesse ponto, as reflexões de Norbert Elias (1994) mostram-se esclarecedoras. Ao analisar as relações entre estabelecidos e outsiders, o autor evidencia que os grupos em posição de maior poder tendem a preservar suas vantagens e a resistir à





inserção de novos atores em igualdade de condições. Assim, a formação de professores para atuar com a Educação Especial pode ser compreendida como um campo de disputas, no qual as assimetrias de poder influenciam tanto as políticas públicas quanto as práticas escolares. Segundo Elias, “a superioridade de poder confere vantagens aos grupos que a detêm” (Elias e Scotson, 2000, p. 23), e tal constatação se aplica diretamente ao desequilíbrio presente nos sistemas educacionais, em que determinados segmentos impõem suas normas, dificultando o avanço das práticas inclusivas e impactando a formação docente.

2 No contexto do Sistema

Ao analisar as políticas educacionais do Sistema Municipal de Ensino, verificou-se que as resoluções vigentes não contemplam de maneira consistente o papel do professor de Educação Especial, o que fragiliza a consolidação de práticas inclusivas no cotidiano escolar. O Plano Municipal de Educação, Lei nº 2.716/2015, em consonância com o PNE, reconhece a necessidade de assegurar a formação continuada para professores do ensino regular que atuam com alunos público-alvo da Educação Especial, além de criar cargos específicos e promover concursos para atender à demanda por profissionais especializados. Contudo, a prática ainda está distante do previsto nas normativas.

A pesquisa evidenciou que, embora existam serviços de Educação Especial ofertados pela rede municipal, muitos professores da educação regular não tiveram acesso à formação em serviço, contrariando o que está estabelecido em lei. Observou-se ainda que grande parte dos docentes que atuam diretamente na Educação Especial não possui formação específica, sendo comum encontrar profissionais com apenas nível médio de escolaridade, sem especialização. Esse cenário revela uma lacuna entre a política oficial e a realidade da prática pedagógica, marcada por contratações temporárias, alta rotatividade e ausência de continuidade no atendimento aos estudantes.

Outro aspecto que merece destaque é a percepção de desvalorização manifestada pelos professores de Educação Especial. Muitos relatam sentir-se pouco reconhecidos e desacreditados quanto à relevância do serviço que prestam. Essa condição está diretamente relacionada à falta de clareza sobre suas atribuições institucionais, uma vez que, sem a devida formação, não conseguem compreender plenamente suas funções como mediadores de processos inclusivos. Nesse contexto,





a atuação desses profissionais acaba por se restringir a ações fragmentadas, pouco articuladas com o projeto político pedagógico da escola, reforçando a marginalização de sua prática.

Assim, o desenvolvimento e o destino da Educação Especial são profundamente influenciados por estas inter-relações. Isso significa que, embora cada aluno público da Educação Especial tenha características pessoais únicas, seu caminho de vida, suas oportunidades, possivelmente tem sido amplamente moldado pelas condições e pela organização que o SME tem ofertado e das políticas públicas educacionais em vigor. (Fagundes, P.111, 2025)

Pesquisadores da área reforçam essa constatação. Kassar (2022) aponta que as políticas públicas de Educação Especial no Brasil, apesar de sua amplitude normativa, não conseguem dialogar de forma efetiva com as condições concretas das redes municipais e estaduais. Isso gera uma distância entre o discurso da inclusão e a realidade das escolas, marcada pela carência de infraestrutura, recursos pedagógicos e, sobretudo, de formação docente. Para a autora, enquanto a formação de professores não for encarada como política estruturante e contínua, a inclusão permanecerá como um ideal mais prescrito do que efetivado.

Na mesma direção, Prieto; Andrade; Souza (2017) ressalta que o desafio da inclusão está relacionado à necessidade de repensar o lugar da Educação Especial no sistema de ensino. Para ela, não basta inserir o estudante com deficiência na escola comum: é preciso transformar as práticas pedagógicas e reorganizar as relações de poder no espaço escolar, garantindo que o professor esteja preparado para atuar em contextos de diversidade. A autora também chama atenção para a fragmentação das políticas e a precariedade das formações oferecidas, que muitas vezes não dialogam com a realidade cotidiana dos docentes.

Ao refletir sobre esse quadro, torna-se evidente que a efetividade da Educação Especial não se reduz à existência de legislações ou planos municipais. Ela depende diretamente das ações do sistema de ensino e da sua capacidade de romper com estruturas estabelecidas de poder. Norbert Elias (1994; 2000), ao discutir o conceito de “teias de interdependência”, nos ajuda a compreender que a Educação Especial está submetida a dinâmicas complexas de relações entre diferentes atores institucionais — gestores, professores, conselhos e comunidade escolar —, que influenciam mutuamente suas práticas. Nessas teias, a manutenção do status quo





torna-se uma barreira, e a inclusão só será efetivamente possível se houver ruptura com paradigmas historicamente enraizados.

Assim, a formação de professores de Educação Especial deve ser entendida como um processo interdependente, atravessado por disputas simbólicas e estruturais dentro do sistema educacional. A falta de clareza sobre o papel desses profissionais não é apenas uma falha técnica ou administrativa, mas um reflexo de relações de poder que delimitam quem é legitimado a ensinar e quem permanece na condição de outsider. Como afirma Elias, “a superioridade de poder confere vantagens aos grupos que a detêm” (Elias e Scotson, 2000, p. 23), de modo que os professores sem formação específica acabam ocupando uma posição periférica na rede escolar, o que compromete sua atuação e, por consequência, a inclusão dos estudantes.

Nesse sentido, o Conselho Municipal de Educação, ao assumir a função de mediador e articulador das políticas locais, deve ser tensionado a adotar medidas mais concretas para garantir a formação adequada e contínua desses profissionais. A superação desse quadro exige não apenas investimentos em cursos e capacitações, mas também a criação de condições estruturais que possibilitem a valorização do professor de Educação Especial, assegurando-lhe estabilidade, reconhecimento e legitimidade dentro do sistema escolar.

3 Considerações finais

O presente relato de experiência possibilitou compreender que as dificuldades enfrentadas na formação de professores de Educação Especial são ainda mais acentuadas em municípios de pequeno porte, onde a escassez de recursos, a rotatividade de profissionais e as dinâmicas de poder próprias dos sistemas educacionais se tornam mais visíveis. Nessas realidades, a ausência de políticas estruturadas de formação continuada contribui para a fragilidade das práticas inclusivas, comprometendo o direito dos estudantes público da Educação Especial.

O estudo também evidenciou que a compreensão do papel do professor de Educação Especial está em constante disputa dentro das teias de interdependência que constituem o sistema educacional. Muitas vezes, esses profissionais não são legitimados como agentes fundamentais no processo de inclusão, o que reforça sentimentos de desvalorização e limita a efetividade de suas ações pedagógicas. Nessa perspectiva, retomar Elias (1994; 2000) foi essencial para reconhecer que a





inclusão escolar não é apenas uma questão técnica, mas atravessa relações de poder, estabelecendo fronteiras entre grupos estabelecidos e outsiders dentro das instituições educativas.

Diante desse cenário, destaca-se o papel estratégico do Conselho Municipal de Educação como mediador e articulador de políticas locais. Cabe a esse órgão tensionar as estruturas existentes e garantir a efetivação das ações previstas no Plano Nacional de Educação e no Plano Municipal de Educação, sobretudo no que diz respeito à criação de cargos, realização de concursos, garantia de acessibilidade e, principalmente, oferta de formação continuada que dialogue com a realidade da rede.

Conclui-se que a proposta de inclusão escolar deve ser pensada em sintonia com as necessidades da diversidade, considerando que a universalização do acesso somente será significativa se acompanhada por condições que assegurem a permanência e o aprendizado dos estudantes. Para tanto, a formação continuada dos professores de Educação Especial, com foco em práticas pedagógicas inclusivas, torna-se um eixo central. É por meio dessa formação que suas atribuições se tornam mais claras e eficazes, permitindo-lhes assumir um papel ativo na construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

Assim, reafirma-se a necessidade de superar o abismo entre o discurso normativo e a prática cotidiana, apontado por Kassir (2022) e Prieto; Andrade; Souza (2017), por meio de políticas públicas consistentes e de um investimento permanente na profissionalização docente. A inclusão, mais do que uma meta formal, deve ser entendida como um compromisso ético e social que exige esforço coletivo, rompimento de paradigmas e a construção de novas formas de convivência escolar.

Referências

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2014.

CONCEIÇÃO DA BARRA. **Lei nº 2.716, de 16 de junho de 2015.** Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Conceição da Barra, ES, 2015.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.





FAGUNDES, A, L, R, D. **A configuração da política municipal de educação especial na perspectiva da educação inclusiva: Um olhar para o Nordeste Capixaba.** 2025, 138 f. Dissertação Mestrado em Ensino na Educação Básica, Federal do Espírito Santo, ES, 2025.

KASSAR, M. C. M. **KASSAR, M. de C. M. Debates para uma (des)construção da política de educação especial no Brasil.** Revista Educação Especial, [S. l.], v. 35, p. e53/1–29, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/71383>. Acesso em: 14 jan. 2024.

PRIETO, R. G; ANDRADE, S. G; SOUZA, M. M. **Inclusão escolar, permanência e direito à aprendizagem: estudo sobre trajetórias e desempenho escolar em uma escola municipal** / School inclusion, permanence and right to learning: A study about trajectories and academic performance in a public school. Revista de Educação PUC-Campinas, [S. l.], v. 22, n. 3, p. 389–404, 2017. Disponível em: <https://periodicos.puc campinas.edu.br/reveducacao/article/view/3830>. Acesso em: 17 nov. 2024.

